

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 1

- Para produzir a dissertação relativa ao Texto 1, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar a dissertação correspondente ao **Texto 1**, escolha um dos temas a seguir.

### Tema 1

A preocupação com a aposentadoria é cada vez maior entre os brasileiros. Dados da Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP) mostram que os investimentos em planos de previdência complementar saltaram de R\$ 1,6 bilhão em 1994 para R\$ 19,6 bilhões em 2001.

Além da valorização dos recursos aplicados, grande parte desse crescimento deve-se ao lançamento, há cerca de três anos, do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). Os bancos anunciaram-no com animação, e os clientes responderam à altura, aplicando cada vez mais no produto.

Diante do exposto no texto acima, de caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

#### EVOLUÇÃO DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL.

Em sua dissertação, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ razões para o aumento dos investimentos em planos de previdência complementar;
- ▶ características principais do PGBL;
- ▶ importância dos planos de previdência complementar para o sistema financeiro;
- ▶ importância dos planos de previdência complementar para a economia brasileira;
- ▶ tendências futuras desse mercado.

### Tema 2

A Constituição da República dispõe, no *caput* dos artigos 173 e 174, o que segue.

Art. 173 Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Art. 174 Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Em cumprimento a preceitos constitucionais, especialmente aos constantes dos dispositivos acima transcritos, vem sendo efetuada, no Brasil, a denominada Reforma do Estado, que tem entre suas finalidades a diminuição da atuação direta do Estado na realização de atividade econômica e o aumento do grau de participação dos particulares na economia. A Constituição da República privilegia, pois, relativamente à atividade econômica, a função reguladora do Estado. Nesse contexto, têm sido criadas, no Brasil, agências reguladoras, quer para disciplinar a prestação de serviços públicos desestatizados, quer para dirigir as atividades econômicas da iniciativa privada.

Até o presente momento, foram criadas, pela União, várias agências reguladoras, entre elas: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional das Águas (ANA).

Embora disciplinem setores distintos da atividade econômica e dos serviços públicos desestatizados, as agências reguladoras possuem alguns apanágios comuns, que se podem dizer conceituais, do modelo delineado pelo legislador brasileiro.

Considerando o texto acima, que tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema seguinte:

#### AGÊNCIAS REGULADORAS CRIADAS PELA UNIÃO: CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES.

Em sua dissertação, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ natureza jurídica;
- ▶ especialização técnica;
- ▶ independência;
- ▶ poder normativo.

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 2

- Para produzir o discurso relativo ao Texto 2, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O texto a seguir tem caráter unicamente motivador para a redação do discurso referente ao **Texto 2**, Temas 1 e 2.

WASHINGTON – Sob intensa pressão de um público indignado com as revelações de abusos e falcaturas contábeis em grandes empresas, que provocaram queda de 20% na Bolsa de Nova York nos últimos dois meses, as duas casas do Congresso americano aprovaram ontem por ampla maioria a versão final de um projeto de lei contra a corrupção empresarial.

A nova legislação caminha no sentido oposto à tendência de anos recentes da desregulamentação da economia e introduz um novo sistema de supervisão para as firmas de contabilidade, cria novos regulamentos a respeito da gestão de empresas de capital aberto e do mercado de capitais, estabelece um novo tipo de crime financeiro e dobra as penas para executivos condenados por violações das leis que protegem os acionistas.

A nova legislação cria uma comissão independente para supervisionar as atividades das firmas que fazem auditoria de contabilidade de empresas de capital aberto. A comissão, composta por cinco representantes do setor privado — dos quais apenas dois podem vir de empresas de contabilidade —, atuará sob a *Securities and Exchange Commission* (SEC), a agência federal que regula os mercados de capitais. Ela terá poderes para investigar e punir firmas e executivos que pratiquem fraudes contábeis. Até agora, as empresas de contabilidade eram auto-reguladas.

A lei acrescenta um novo dispositivo ao código penal americano, tipificando como crime esquemas ou artifícios iniciados para fraudar acionistas. Ela também dobra as penas máximas por crimes financeiros, que agora podem chegar a 25 anos de cadeia. Os executivos-chefes e os executivos-financeiros de empresas não poderão mais alegar ignorância de erros ou fraudes em balancetes, como vários fizeram em escândalos recentes, pois a nova lei os obriga a certificar pessoalmente as declarações financeiras a suas empresas. Há, também, medidas para proteger analistas de bancos de investimentos que ousam fazer uma avaliação negativa de uma empresa cliente da instituição para a qual trabalham.

Próceres conservadores chegaram a afirmar que a introdução de medidas de regulamentação das atividades das empresas que fazem a auditoria da contabilidade de empresas de capital aberto, bem como de certos aspectos da gestão das companhias com ação em bolsa, agravaria a crise de confiança do mercado. Porém, foram convencidos pela Casa Branca a mudar rapidamente de idéia e acabaram concordando com a essência da lei, depois de uma das mais rápidas negociações de diferenças entre projetos de lei aprovados nas duas casas do Congresso.

A conversão do próprio Bush às medidas mais duras propostas pelos democratas para coibir as fraudes contábeis só aconteceu depois de duas tentativas malsucedidas que ele fez para tentar acalmar o mercado — e quando sua credibilidade, e a de seu vice-presidente, Dick Cheney, já haviam sido postas em xeque por revelações de que ambos podem ter-se envolvido, como empresários do setor de energia no Texas, nos anos 80 e 90, em algumas das práticas que estão na origem da atual onda de escândalos corporativos.

O secretário do Tesouro, Paul O'Neill, que há duas semanas declarou sua oposição a vários aspectos centrais da lei, manifestou-se ontem “deliciado” com o acordo entre as duas Casas. O'Neill, que foi duramente criticado nas últimas semanas por ter-se omitido diante da crise de confiança dos investidores, fazendo uma longa viagem pela Europa e Ásia no momento em que o mercado estava em queda livre, afirmou que não tem intenção de renunciar e permanecerá no cargo “enquanto o presidente sentir que estou contribuindo para o crescimento da economia”.

O'Neill acrescentou que o momento que a economia americana vive, “de desconexão entre o mercado de ações e o poder produtivo fundamental da economia”, já aconteceu no passado. “Com o tempo, o mercado voltará a focalizar os fundamentos da economia”, afirmou ele, em um discurso à Associação Nacional da Indústria.

Empenhado em sinalizar um novo ativismo do governo na repressão aos crimes corporativos, Bush embarcou em uma estratégia de endurecimento. A prisão dos acionistas principais e ex-executivos de uma das maiores operadoras de TV a cabo do país foi coreografada exatamente com o propósito de sublinhar a nova determinação da Casa Branca de reprimir os crimes corporativos.

Paulo Sotero. Congresso dos EUA aprova lei contra fraude empresarial. In: Estado de S. Paulo, 26/7/2002 (com adaptações).

Para elaborar o discurso parlamentar correspondente ao **Texto 2**, escolha um dos temas a seguir.

**Tema 1**

**EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS  
NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA NO BRASIL NO SÉCULO XXI.**

Redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema acima e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ alterações ocorridas na Lei n.º 6.404/1976 no presente século:
  - direitos que têm sido ampliados e proteção ao acionista minoritário;
  - ampliação do poder dos controladores.
- ▶ tendência de alterações em tramitação no Congresso Nacional:
  - o objeto das alterações quanto aos minoritários;
  - grupos de pressão em prejuízo dos minoritários.

**Tema 2**

**EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DOS ATUAIS SISTEMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE.**

Redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema acima e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ diagnóstico das razões técnicas na área de auditoria que objetivamente contribuíram para os problemas ocorridos em, exatamente, duas grandes empresas inseridas no mercado de capital dos Estados Unidos da América;
- ▶ sugestões que contribuiriam para minimizar tendência ou evitar a repetição de situações semelhantes.

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 3

- Para produzir os votos relativos ao Texto 3, que vale **quarenta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de **TEXTOS DEFINITIVOS DO TEXTO 3** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na elaboração de cada voto — cada um deles valendo **vinte** pontos —, obedeça aos limites de extensão determinados, pois qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Será anulado o texto cujo voto não for escrito na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 3** correspondente. Desse modo, texto definitivo correspondente ao voto pela aprovação, mas escrito na folha correspondente ao voto pela rejeição, e texto definitivo correspondente ao voto pela rejeição, mas escrito na folha correspondente ao voto pela aprovação, serão anulados.

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### PROJETO DE LEI N.º XX, DE XXXX

**Altera o art. 137 da Lei n.º 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.**

O Presidente da República:

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O inciso I do art. 137 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

I — nos casos dos incisos I e II do art. 136, terão direito de retirada os titulares de todas as espécies ou classes de ações;

Art. 2.º Fica revogado o inciso III do art. 137 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Legislação citada

Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976

Art. 136 É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

I criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

II alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

III redução do dividendo obrigatório;

IV fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;

V participação em grupo de sociedades (art. 265);

VI mudança do objeto da companhia;

VII cessação do estado de liquidação da companhia;

VIII criação de partes beneficiárias;

IX cisão da companhia;

X dissolução da companhia.

§ 1.º Nos casos dos incisos I e II, a eficácia da deliberação depende de prévia aprovação ou de ratificação, em prazo improrrogável de um ano, por titulares de mais da metade de cada classe de ações preferenciais prejudicadas, reunidos em assembléia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 2.º A Comissão de Valores Mobiliários pode autorizar a redução do *quorum* previsto neste artigo no caso de companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado, e cujas três últimas assembléias tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos da metade das ações com direito a voto. Neste caso, a autorização da Comissão de Valores Mobiliários será mencionada nos avisos de convocação e a deliberação com *quorum* reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação.

§ 3.º O disposto no § 2.º deste artigo aplica-se também às assembléias especiais de acionistas preferenciais de que trata o § 1.º.

§ 4.º Deverá constar da ata da assembléia-geral que deliberar sobre as matérias dos incisos I e II, se não houver prévia aprovação, que a deliberação só terá eficácia após a sua ratificação pela assembléia especial prevista no § 1.º.

Art. 137 A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45), observadas as seguintes normas:

I nos casos dos incisos I e II do art. 136, somente terá direito de retirada o titular de ações de espécie ou classe prejudicadas;

II nos casos dos incisos IV e V do art. 136, não terá direito de retirada o titular de ação de espécie ou classe que tenha liquidez e dispersão no mercado, considerando-se haver:

a) liquidez, quando a espécie ou classe de ação, ou certificado que a represente, integre índice geral representativo de carteira de valores mobiliários admitido à negociação no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, definido pela Comissão de Valores Mobiliários; e

b) dispersão, quando o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detiverem menos da metade da espécie ou classe de ação;

III no caso do inciso IX do art. 136, somente haverá direito de retirada se a cisão implicar:

a) mudança do objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da sociedade cindida;

b) redução do dividendo obrigatório; ou

c) participação em grupo de sociedades;

IV o reembolso da ação deve ser reclamado à companhia no prazo de trinta dias contado da publicação da ata da assembléia-geral;

V o prazo para o dissidente de deliberação de assembléia especial (art. 136, § 1.º) será contado da publicação da respectiva ata;

VI o pagamento do reembolso somente poderá ser exigido após a observância do disposto no § 3.º e, se for o caso, da ratificação da deliberação pela assembléia-geral.

§ 1.º O acionista dissidente de deliberação da assembléia, inclusive o titular de ações preferenciais sem direito de voto, poderá exercer o direito de reembolso das ações de que, comprovadamente, era titular na data da primeira publicação do edital de convocação da assembléia, ou na data da comunicação do fato relevante objeto da deliberação, se anterior.

§ 2.º O direito de reembolso poderá ser exercido no prazo previsto nos incisos IV ou V do *caput* deste artigo, conforme o caso, ainda que o titular das ações tenha se absterido de votar contra a deliberação ou não tenha comparecido à assembléia.

§ 3.º Nos dez dias subsequentes ao término do prazo de que tratam os incisos IV e V do *caput* deste artigo, conforme o caso, contado da publicação da ata da assembléia-geral ou da assembléia especial que ratificar a deliberação, é facultado aos órgãos da administração convocar a assembléia-geral para ratificar ou reconsiderar a deliberação, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada porá em risco a estabilidade financeira da empresa.

§ 4.º Decairá do direito de retirada o acionista que não o exercer no prazo fixado.

Em relação à proposição apresentada, redija dois votos em parecer, um pela aprovação e outro pela rejeição, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ efeitos das alterações propostas sobre a credibilidade do mercado acionário;
- ▶ consequências da proposição para a liquidez das ações adquiridas por acionistas minoritários;
- ▶ relacionamento entre os efeitos da proposta e o conceito de direito adquirido;
- ▶ direito das majorias *versus* direito das minorias;
- ▶ desregulamentação da economia e neoliberalismo.

## PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 4

- Para produzir o resumo relativo ao Texto 4, que vale **quinze** pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 4** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### Em meio ao terror... brilha uma luz

Em 11 de setembro de 2001, a humanidade, confusa, assistiu ao vivo, pela televisão, as cenas da ação terrorista nos Estados Unidos da América. Confusa, porque, inicialmente, o coração se recusava a acreditar no que os olhos viam. Tratava-se de realidade ou eram imagens de um filme, desses que invadem o nosso cotidiano, banalizando a violência e a destruição?

Embora a ciência e a tecnologia tenham avançado consideravelmente, ao se olhar o passado, constata-se uma triste realidade: a consciência da humanidade evoluiu muito pouco no último milênio. Os homens do poder continuam agindo da mesma maneira inconsciente. Mudaram os métodos, mas o uso do poder sobre os outros continua causando miséria e horror. A história nos lembra a brutalidade das Cruzadas dos séculos XI, XII e XIII: matava-se, depredava-se, humilhava-se, saqueava-se, dizimando e deixando muitos povos na mais terrível miséria. Isso, para não falar de muitas outras matanças ao longo dos séculos.

Tudo o que vivemos, individual e coletivamente, tem um sentido e não é fruto do acaso. A cada efeito corresponde uma causa e vice-versa. Esta é a lei do mundo material. O homem está a todo instante deparando-se com essa lei e sofrendo as consequências de seus atos, mas prefere continuar ignorando que é responsável pelo mundo que está criando. Enquanto habitar em nosso coração a separação, o ódio ou o ressentimento, continuaremos prisioneiros da lei de causa e efeito e não seremos livres, muito menos felizes.

Isso denuncia, pura e simplesmente, que a humanidade está doente. Por isso, cada um de nós está diante de uma escolha: questionar-se sinceramente acerca do que está criando por intermédio dos próprios pensamentos e ações no mundo, revendo seus valores, suas crenças, suas certezas e seus comportamentos, para evoluir; ou permanecer como antes, deixando-se consumir pelas doenças coletivas que se manifestam por meio do ódio e do medo.

E é bom não esquecer as nossas crianças e os nossos jovens. Como os estamos educando? Que valores estão eles recebendo dos adultos? E os jovens, cheios de esperança no futuro, que caminhos estamos lhes indicando como pais e professores? Estamos construindo um futuro em expansão ou um estreito caminho recheado de mágoas e ressentimentos? Estamos nós dando-lhes chance de evoluir com consciência e responsabilidade pela própria vida ou os estamos incluindo em um círculo vicioso de superficialismo, de aparências, marcado por julgamentos, medo e ódio? Por que não lhes ensinar que as nossas fantasias de poder são meras ilusões e que, como seres humanos, somos todos imperfeitos em busca da perfeição? Há muitos desafios a serem enfrentados diariamente por pais e educadores, e um deles é ensinar aos jovens e às crianças que o objetivo da vida é ser feliz. Mas o maior deles é manifestar amor, pois amar é um ato de coragem.

Apesar de tudo, é extraordinário constatar o espantoso poder que os acontecimentos dramáticos têm sobre os seres humanos. É como se brutalmente tivéssemos saído de uma letargia profunda, e, finalmente, durante algum tempo, os valores aos quais nós todos aspiramos pudessem enfim se exprimir. Vemos então, em todos os meios de comunicação, imagens e relatos de grandes momentos de fraternidade, de ajuda, de solidariedade, de compaixão, de mobilização nacional e internacional, enfim de abertura ao amor. Aí nos perguntamos: por que o ser humano espera encontrar-se em situações de extremo desespero para manifestar amor, compartilhar, aceitar e abrir-se ao outro? Quando é que o homem compreenderá que é feito de amor e não precisa sofrer para manifestar o que ele é em sua essência?

Isis Dias Vieira. In: **Educação em focus**. 2.ª ed. Brasília: 2002, p. 26-7 (com adaptações).

Redija um único parágrafo, apresentando, com clareza, coerência e correção o **resumo das idéias essenciais** desenvolvidas no texto acima. No resumo, aborde cada uma dessas idéias de forma pessoal, evitando a reprodução literal do texto.